

# Política de desenvolvimento vai estimular economia regional

Marcelo de Moraes  
De Brasília

O governo federal quer aproveitar a elaboração do Plano Plurianual para o período 2004-2007 para tentar implementar um modelo mais organizado de desenvolvimento no Brasil. Dentro do governo, a avaliação é de que a maior parte dos planos de desenvolvimento adotados por governos anteriores era formada por uma grande quantidade de programas que não se interligavam e também deixavam de atender às prioridades desejadas pela sociedade e por Estados e municípios.

Para fugir desse modelo, o governo deve apresentar nos próximos dias o primeiro texto definindo a conceituação do PPA, com grande ênfase no desenvolvimento regional, na elaboração de políticas de inclusão social e na implementação de uma política industrial consistente. O documento final do PPA, que será entregue em 31 de agosto, trará todo o detalhamento dos programas, com a fixação de metas sociais, como índices de alfabetização, geração de novos empregos e o alcance de programas específicos, como o Fome Zero.

Para o ministro do Planejamento, Guido Mantega, não é possível mais se pensar na criação de PPAs inspirados nos planos de desenvolvimento efetivados durante o governo dos presidentes Juscelino Kubitschek ou Getúlio Vargas, até hoje considerados referências como modelos de planejamento de ações governamentais na história republicana brasileira.

"Naquela época, o capitalismo

estava engatinhando, o que exigia maior intervenção do Estado. O Estado, em grande medida, era um dos polos dinâmicos da economia", lembra Mantega. "Hoje, esse modelo de planejamento praticado no passado não serve mais. Não pode ser feito de cima para baixo, nem do centro para a periferia. Não pode estar concentrado aqui em Brasília, nem determinado por uma casta de iluminados para o resto da sociedade", avaliou o ministro do Planejamento nas discussões que teve nos últimos dias sobre a elaboração do PPA e sobre as metas de desenvolvimento do Brasil.

Por causa disso, Mantega não tem dúvidas sobre a necessidade de uma participação ativa da sociedade. "Temos que ter uma idéia clara de onde queremos chegar, qual o Brasil do futuro que queremos alcançar e isso tem que ser determinado por um projeto de desenvolvimento, discutido com a sociedade", diz.

O ministro lembrou que o novo governo precisou priorizar o rigor na administração da política macroeconômica do país nos seus primeiros meses justamente para poder criar as condições necessárias de estabilização da economia. Com a redução do risco-país e da cotação do dólar e o aumento da confiança dos investidores, integrantes da cúpula do governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, avaliam ter sido possível a criação de um cenário mais propício à adoção de um novo modelo de programa de desenvolvimento.

"A primeira tarefa dessa política macroeconômica consiste justamente em recuperar a con-

fiança e credibilidade, baixar o risco-país e manter sob controle a relação dívida/PIB, que subiu de forma bastante acentuada no último período governamental, chegando a 66% do PIB no apagar das luzes do governo Fernando Henrique Cardoso. Sem essas condições, acho que nada poderia ser feito. Muito menos promover o crescimento sustentado. Então, para poder controlar essa relação dívida/PIB tivemos que fazer uma política fiscal mais austera. Aumentar o patamar do superávit primário de modo a garantir a solvência da nossa dívida. Para que ela não crescesse e que ela fosse solvente, para termos condições de pagá-la. Eu diria que tivemos relativo sucesso nessa empreitada", explicou Mantega, em reunião fechada com os secretários estaduais de Planejamento sobre o Plano Plurianual.

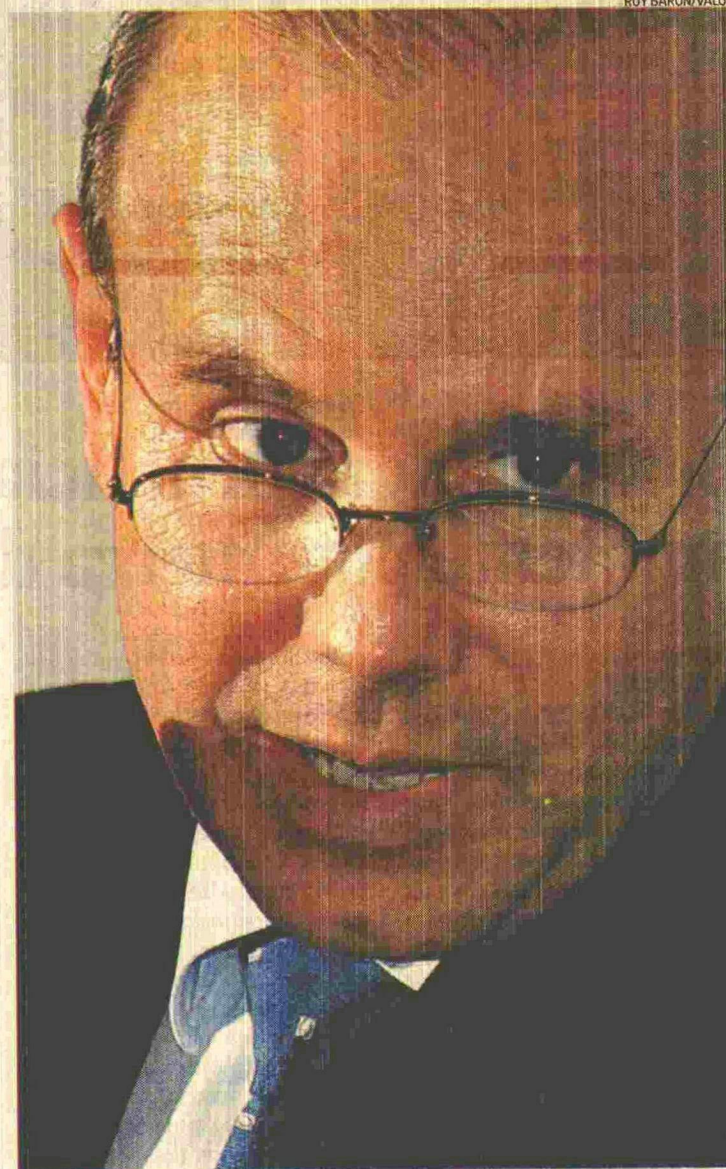
Segundo Mantega, o objetivo dessa estratégia foi "liberar a política monetária". "Ou seja, conseguir fazer uma política monetária mais solta. O governo anterior passou oito anos com uma política monetária muito apertada, com taxas de juros sucessivamente elevadas. Então, para você criar as condições para a retomada do crescimento, tem que criar as condições para que essa taxa de juros caia consideravelmente", disse o ministro na reunião com os secretários de planejamento de todo o país.

Com esse cenário montado, Mantega avalia que o governo tem a oportunidade de estabelecer um bom plano de desenvolvimento de longo prazo, independentemente da pouca disponibilidade de recursos.

"O Brasil tem uma longa prática de planejamento. Desde o famoso Plano de Metas até o segundo PND do governo Geisel, passaram-se muitos planos de desenvolvimento. Uns com maior sucesso. Porém, eram planos, especialmente os do período militar, que tinham um caráter mais intervencionista, mais burocrático. O Estado podia impor à sociedade os seus projetos e esse planejamento acabava sendo feito por uma pequena burocracia de iluminados. Era um planejamento concentrador. O que pretendemos fazer não é esse tipo de planejamento. Os tempos são outros, as necessidades são outras. O regime político é outro. E, portanto, o planejamento que se pretende fazer agora é descentralizado e regionalizado. Um planejamento feito com a participação da sociedade", explica Mantega.

O ministro, entretanto, destaca que o modelo seja uma versão ampliada do orçamento participativo adotado nos governos do PT. "É claro que não estamos falando aqui de planejamento participativo, do jeito como se tem o orçamento participativo em algumas cidades do país. Não é possível pela escala do Brasil pensar nessa modalidade. Mas estamos pensando que há meios de participação da sociedade civil nas principais decisões dos PPAs. O importante é que permita colocar na ordem do dia uma agenda de desenvolvimento", diz.

Dentro do documento preliminar sobre o PPA que Mantega e o secretário-geral da Presidência, Luiz Dulci, estão concluindo para ser apresentado esta sema-



Para Guido Mantega, modelo intervencionista do passado não serve mais

na, o governo decidiu estabelecer uma estratégia de ação para retomar o desenvolvimento, incluindo cinco "dimensões": social, econômica, regional, ambiental e democrática.

A dimensão social trataria da inclusão social, do acesso universal e de qualidade aos serviços públicos, da valorização cultural e da transmissão do aumento da produtividade a rendimentos dos trabalhadores.

A dimensão econômica incluiria a estabilidade macroeconômica, geração de emprego e

renda, ampliação dos investimentos e da produtividade, conquista de mercados internacionais com redução da vulnerabilidade externa.

A dimensão regional pregaria a equidade entre regiões com desenvolvimento local. A dimensão ambiental promoveria a harmonia entre desenvolvimento e meio ambiente. E a dimensão democrática fala do fortalecimento da cidadania, do respeito aos direitos humanos e da gestão participativa das políticas públicas.